

## Câmara Municipal de Nova Russas

"ÉTICA E CIDADANIA"

PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS, ESTADO DO CEARÁ, Nº 01/2005 DE 27 DE JUNHO DE 2005.

(Do Vereador FRANCISCO MARTINS FARIAS e outros)

APROVADO SEM EMENDAS EM\_19.1.07 12005

PRESIDENTE

Dá nova redação ao art. 15 e exclui letras de inciso do art. 18 da Lei Orgânica do Município de Nova Russas.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Russas, nos termos do parágrafo 3º do art. 54 da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O art. 15 da Lei Orgânica do Município de Nova Russas passa a vigorar, doravante, com a seguinte redação:

"Art. 15 – O governo municipal é exercido pela Câmara, composta de 09 (nove) Vereadores, com funções legislativas e, pelo Prefeito, com funções executivas."

Art. 2º - Fica revogado a letra "a" e "b" do inciso V do art. 18 da Lei Orgânica do Município de Nova Russas.

Art. 3º - Esta emenda entra em vigor na data de sua promulgação.

## <u>JUSTIFICAÇÃO</u>

A presente Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de Nova Russas visa disciplinar definitivamente no âmbito do ordenamento jurídico local a composição do Poder Legislativo, adequando-o as normas hierarquicamente superiores e por conseguinte consolidar a





## Câmara Municipal de Nova Russas

"ÉTICA E CIDADANIA"

segurança jurídica relativa a tão importante matéria, fato este imprescindível para a manutenção do estado democrático de direito.

A matéria ora apresentada tem sua fundamentação nos critérios declarados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do RE 197.917, Resoluções emanadas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de n°s 21.702 de 02/04/2004 e 21.803 de 08/06/2004, além da medida liminar vigente, não questionada pelo Município de Nova Russas, exarada nos autos de ação civil pública de n° 2004.0002.7514-3 em 27 de março de 2004, com tramitação pelo expediente da 1ª. Vara da Comarca de Nova Russas.

É importante ressaltar que a presente propositura não fere direito, haja vista que o pleito eleitoral próximo passado, em virtude das normas e decisões elencadas anteriormente, já foi disputado visando o preenchimento do número de vagas à Câmara ora proposto.

Em razão da importância desta matéria, esperamos contar com o apoio dos ilustres membros desta Casa Legislativa para assegurarmos a sua aprovação.

Paço Vereador Raimundo de Paiva Sobrinho, em 27 de junho de 2005.

